



**DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020.**

Aprova a alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.220, de 16 de setembro de 2020, que aprova a implantação do Serviço de Atenção Domiciliar Estadual (SAD-E), as normas, diretrizes gerais e custeio, excepcionalmente para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

nº 11, de 26 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.842, de 05 de dezembro de 2018, que aprova a atualização das normas gerais para o Programa de Fortalecimento das Portas de Urgência e Emergência/PROURGE, com o objetivo de organizar a rede de resposta às urgências, no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.933, de 17 de abril de 2019, que aprova a atualização das regras gerais e a das regras de concessão, execução, acompanhamento, controle e avaliação do incentivo financeiro complementar do Programa Rede de Resposta às Urgências e Emergências das Regiões Ampliadas de Saúde do Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.992, de 21 de agosto de 2019, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.877, de 21 de dezembro de 2018, que altera a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.165, de 19 de agosto de 2015, que aprova as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) no Estado de Minas Gerais e o incentivo financeiro de custeio mensal das UPA 24h, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.220, de 16 de setembro de 2020, que aprova a implantação do Serviço de Atenção Domiciliar Estadual (SAD-E), as normas, diretrizes gerais e custeio, excepcionalmente para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais, nos termos do Anexo Único desta Deliberação;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.246, de 21 de outubro de 2020, que aprova a alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.220, de 16 de setembro de 2020, que aprova a implantação do Serviço de Atenção Domiciliar Estadual (SAD-E), as normas, diretrizes gerais e custeio, excepcionalmente para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais, nos termos do Anexo Único desta Deliberação;
- a Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas gerais do processo de prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde - FES nos termos do Decreto Estadual nº 45.468/2010;
- a Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020, que define as regras do processo de acompanhamento dos indicadores previstos em Resoluções Estaduais, institui as Reuniões Temáticas de Acompanhamento e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 7.227, de 16 de setembro de 2020, que autoriza a implantação do Serviço de Atenção Domiciliar Estadual (SAD-E), as normas, diretrizes gerais e custeio, excepcionalmente

MINUTA CIB



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais;

- a Resolução SES/MG nº 7.268, de 21 de outubro de 2020, que altera a Resolução SES/MG nº 7.227, de 16 de setembro de 2020, que a autoriza a implantação do Serviço de Atenção Domiciliar Estadual (SAD-E), as normas, diretrizes gerais e custeio, excepcionalmente para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais;
- o Ofício CFM nº 1756/2020 de 19 de março de 2020, que trata da normatização da Teleorientação, Telemonitoramento e Teleinterconsulta;
- o comprometimento multissistêmico bem como a Síndrome pós Cuidados Intensivos que pode ocorrer nos pacientes acometidos pela COVID-19;
- a necessidade de ampliação do acesso ao Serviço de Atenção Domiciliar para os residentes dos Municípios que são contemplados pelo Programa Melhor em Casa;
- a necessidade de melhor compreensão dos dados descritos na tabela do anexo I - Estimativa da Necessidade de Leitos Domiciliares – Atenção Domiciliar; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 269ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de novembro de 2020.

**DELIBERA:**

Art. 1º – Fica aprovada a alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.220, de 16 de setembro de 2020, que aprova a implantação do Serviço de Atenção Domiciliar Estadual (SAD-E), as normas, diretrizes gerais e custeio, excepcionalmente para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2020.

**CARLOS EDUARDO AMARAL PEREIRA DA SILVA**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E**  
**COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

**ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº \_\_\_\_\_, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020 (disponível no site eletrônico [www.saude.mg.gov.br/cib](http://www.saude.mg.gov.br/cib)).**

MINUTA CIB



**RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020.**

Altera a Resolução SES/MG nº 7.227, de 16 de setembro de 2020, que autoriza a implantação do Serviço de Atenção Domiciliar Estadual (SAD-E), as normas, diretrizes gerais e custeio, excepcionalmente para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

e

MINUTA CIB



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 18 de novembro de 2020, que aprova a alteração da Deliberação CIB- SUS/MG nº 3.220, de 16 de setembro de 2020, que aprova a implantação do Serviço de Atenção Domiciliar Estadual (SAD-E), as normas, diretrizes gerais e custeio, excepcionalmente para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Alterar os art. 7º, 23 e 24 da Resolução SES/MG nº 7.227, de 16 de setembro de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º – O SAD-E será organizado a partir de uma base territorial microrregional onde a necessidade de leitos domiciliares seja maior que 20 leitos, conforme disposto no Anexo 1 desta Resolução, e sediado em Unidades de Pronto Atendimento e/ou Hospitais elencados nos Planos de Contingência Macrorregional como “Referência SRAG” ou “Referência Leitos Clínicos COVID-19.

(...)

Art. 23 – São responsabilidades do Hospital ou Unidade de Pronto Atendimento sede do SAD-E:

I – fornecer infraestrutura especificamente destinada para o funcionamento do serviço:

- a) sala destinada à Coordenação/sala de reuniões/almoxarifado;
- b) material permanente (computador, mesa, cadeira, armário) e de consumo; e
- c) aparelho telefônico fixo exclusivo.

Art. 24 – São responsabilidades dos Municípios que aderirem ao Programa:

I – do Município do estabelecimento sede: contratar a equipe multiprofissional do SADE;

II – do Município do estabelecimento de origem do paciente (Unidade de Pronto Atendimento ou Hospital): disponibilizar insumos, medicamentos e equipamentos necessários à assistência domiciliar por 30 dias de tratamento.

III – do Município de residência do paciente:

- a) disponibilizar insumos, medicamentos e equipamentos necessários à assistência

MINUTA CIB



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

domiciliar a partir do 31º dia de tratamento;

b) preencher a declaração de anuência, conforme Anexo III desta Resolução e encaminhá-la ao estabelecimento de origem; IV – de todos os Municípios que aderirem ao programa: participar do rateio para o custeio de transporte da equipe (compra/ locação de veículo/ motorista), complemento das despesas com custeio de recursos humanos.” (nr)

Art. 2º – A equipe assistencial do estabelecimento de saúde de origem do paciente deverá preencher o formulário de alta, conforme modelo constante no Anexo I desta Resolução e encaminhá-lo à Secretaria Municipal de Saúde do Município de residência do mesmo junto com a declaração de anuência.

Art. 3º – Fica acrescido Anexo III à Resolução SES/MG n.º 7.227, de 16 de setembro de 2020, nos termos do Anexo II desta Resolução.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2020.

**CARLOS EDUARDO AMARAL PEREIRA DA SILVA**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**

**ANEXOS I E II DA RESOLUÇÃO SES/MG N° , DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020**  
**(disponível no sítio eletrônico [www.saude.mg.gov.br](http://www.saude.mg.gov.br)).**



ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº \_\_\_\_\_, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020.

Formulário de Alta

1 – Identificação do estabelecimento de saúde

Nome do estabelecimento de saúde: \_\_\_\_\_

Nome do profissional responsável pela alta: \_\_\_\_\_

Contato do Serviço Social: \_\_\_\_\_

2-Identificação do usuário

Nome do paciente: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Nome do responsável/cuidador: \_\_\_\_\_

Município de residência: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_

Telefone contato: \_\_\_\_\_ Telefone celular: \_\_\_\_\_

3– Dados de atendimento

Data de admissão: \_\_\_\_\_ Data da alta: \_\_\_\_\_

Diagnóstico principal: \_\_\_\_\_

Diagnóstico secundário/causas associadas: \_\_\_\_\_

Condutas clínicas a serem realizadas para continuidade do tratamento: \_\_\_\_\_

Previsão de Insumos /medicamentos/ equipamentos necessários para continuidade do tratamento: \_\_\_\_\_

Estimativa de custo médio dos insumos/ medicamentos/equipamentos necessários (se possível): \_\_\_\_\_

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº \_\_\_\_\_, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020.

“ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES/MG N.º 7.227, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

**Declaração de Anuência:**

A Secretaria Municipal de Saúde de \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito público, inscrita na Receita Federal do Brasil sob o CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu Secretário Municipal de Saúde o Srº \_\_\_\_\_, declara para os devidos fins que assumirá a responsabilidade da disponibilização de insumos/ medicamentos/ equipamentos necessários para a assistência domiciliar após 30 dias da alta hospitalar do paciente \_\_\_\_\_.

O referido é verdade e dou fé.

Nome do Município, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Secretário Municipal de Saúde

” (nr)

MINUTA CIB